

UMA PALAVRA DA ÁFRICA DO SUL (POR PARTE DOS MEMBROS AFRICANOS DO COMITÉ ORGANIZADOR)

A adopção do Programa de Acção (UNPdA) durante a Conferência das Nações Unidas em Julho de 2001 sobre o Comércio Ilícito das Armas Ligeiras e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos, colocou o assunto da proliferação das armas ilícitas na ordem do dia a nível mundial e apresentou os Estados Membros com uma estrutura de acção concertada, afim de evitar, combater e eradicar este comércio ilícito. O UNPdA reconheceu que, não só os esforços por parte dos Estados individuais ao respectivo nível nacional tinham que ser mais focados, incluindo o estabelecimento e a adopção dos mecanismos necessários e as medidas e processos administrativos e legais, como também deviam ser estabelecidas, ou melhoradas, as medidas de cooperação regional e mundial.

A África do Sul considerou uma enorme honra ter sido convidada a agir como co-hospedeira, juntamente com o Quénia, Malí e a Nigéria, da Conferência Africana sobre a Implementação do Programa de Acção da ONU referente às Armas Ligeiras: Necessidades e Sociedades.

A Conferência reconheceu que a priorização das medidas de implementação difere em África, conforme declarado no UNPdA, “tomando em conta as situações, capacidades e prioridades diferentes dos Estados e regiões”. Neste contexto, a estrutura da Conferência foi de modo a providenciar às regiões de África, a oportunidade de considerarem, entre si, estas prioridades, e o Relatório Final da Conferência reflecte nitidamente as abordagens que as várias sub-regiões de África desejam seguir na implementação do UNPdA.

Outro elemento importante da Conferência foi que concedeu a oportunidade aos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), de obterem o conhecimento em primeira mão do papel que, possivelmente, poderão desempenhar na implementação do UNPdA em África aos níveis, nacional, regional e global.

A participação activa da sociedade civil na Conferência, voltou a sublinhar as parcerias constructivas que continuam a ser forjadas entre as organizações governamentais e não-governamentais, e o papel importante que as últimas podem desempenhar na implementação do UNPdA.

Conforme se pode verificar do Relatório Final da Conferência, o mesmo tem, intencionalmente, evitado impôr a obrigação a qualquer país, de assistir outro na implementação do UNPdA. Em vez disto, simplesmente faz uma tentativa de “mapear” as medidas que se deviam empregar em África. É a esperança da África do Sul que, a partir daí, também se irá avançar com as parcerias constructivas entre os próprios países Africanos e entre os países Africanos e os parceiros da OCDE e outros países, na implementação do UNPdA.

Por parte do Quénia, Malí e Nigéria, e por sua parte, a África do Sul apresenta os agradecimentos aos Governos da Áustria, Canadá, Holanda, Noruega, Suíça e Reino Unido, pelo seu generoso apoio ao financiarem esta Conferência. Também queríamos agradecer à SaferÁfrica por ter organizado a Conferência e ter cumprido o papel de secretariado com o maior êxito. Por fim, desejamos agradecer a todos os participantes na Conferência, alguns dos quais viajaram de muito longe até à África do Sul, por terem participado na Conferência.